



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E
AMBIENTAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA ORLA DE MARABÁ-PA:
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
ECONÔMICO.**

MARILZA MARCOS LOPES

BELÉM-PA
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E
AMBIENTAL

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA ORLA DE MARABÁ-PA:
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
ECONÔMICO.

MARILZA MARCOS LOPES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização *Lato Sensu* do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção de grau de Especialista em Pós lato sensu em Gestão Hídrica e Ambiental.

ORIENTADOR: PROF. DR. MILTON ANTONIO DA SILVA MATTA

BELÉM-PA

2016

MARILZA MARCOS LOPES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA ORLA DE MARABÁ-PA:
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
ECONÔMICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização *Lato Sensu* do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção de grau de Especialista em Pós lato sensu em Gestão Hídrica e Ambiental.

Data da aprovação:/...../.....

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Milton Antônio da Silva Matta
Orientador

Prof. Especialista Ádria Lorena Galdino de
Almeida Rocha
Membro da banca

Prof. Especialista Danielle Fonseca de Matos
Gonçalves
Membro da banca

BELÉM-PA

2016

AGRADECIMENTOS

MARILZA MARCOS LOPES

À Deus, que me iluminou dando-me força e coragem nesta jornada acadêmica e para realização deste trabalho.

Aos meus pais, Sandoval Lopes e Renen Lopes, que nunca deixaram de poupar esforços para poder deixar o seu maior legado, que nunca poderá ser subtraído ou dilapidado: o grande apreço pelo saber e o zelo pela integridade do caráter.

Ao meu esposo e companheiro Marcelo Brito, pela motivação constante e pelas horas dedicadas para me ajudar na conclusão deste trabalho.

Ao Professor Milton Antonio da Silva Matta pela orientação, colaboração e compromisso durante a elaboração deste trabalho.

E a todos os professores, que ao longo destes anos, sempre procuraram transpor e transferir seus conhecimentos da forma mais simplificada e dinâmica, colaborando assim fundamentalmente para a minha formação.

*“Porque há esperança para a árvore, pois,
mesmo cortada, ainda se renovará, e não cessarão os seus rebentos.
Se envelhecer na terra a sua raiz, e no chão morrer o seu tronco, ao cheiro das águas
brotará e dará ramos como a planta nova”. (Jó 14:7,8 e 9)*

RESUMO

A sustentabilidade no setor turístico vem sendo cada vez mais desenvolvida em prol de um turismo onde a preservação do ambiente esteja aliada ao desenvolvimento econômico e social.

A presente pesquisa aborda os conceitos de políticas públicas de turismo, sustentabilidade, economia e suas aplicações em uma pesquisa de campo na orla fluvial do município de Marabá-PA. O objetivo é analisar se à ausência de políticas públicas e se estão desencadeando impactos ambientais no local.

Foram realizadas pesquisas de campo através de questionário aplicado a população e interpretados através de gráficos, assim foram cruzadas as respostas dessas entrevistas com a bibliografia já existente para identificar e analisar se existe ausência de políticas públicas e quais seus impactos ambientais.

Palavras-chave: sustentabilidade, políticas públicas, turismo e economia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Embarque da castanha na orla de Marabá.....	26
Figura 02: Antigo barracão comercial núcleo urbano de Marabá	27
Figura 03: Pôr-do-sol, vista da orla de Marabá	28
Figura 04: Vista da orla de Marabá.....	28
Figura 05: Praia do tucunaré em frente à orla de Marabá	29
Figura 06: Entroncamento do rio Itacaiúnas com o rio Tocantins.....	30
Figura 07: Vista da orla de Marabá com movimentação	30
Figura 08: Evento do carnaval fora de época na orla de Marabá	31
Figura 09: Vendedores ambulantes na calçada da orla de Marabá.....	32
Figura 10: Vendedores ambulantes na calçada da orla de Marabá.....	32
Figura 11: Barqueiros na margem da orla de Marabá.....	32
Figura 12: Esgoto a céu aberto na orla de Marabá	33
Figura 13: Mapa da localização da cidade de Marabá	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Resultados da Pergunta 1.....	38
Gráfico 02: Resultados da Pergunta 2.....	39
Gráfico 03: Resultados da Pergunta 3.....	40
Gráfico 04: Resultados da Pergunta 4.....	41
Gráfico 05: Resultados da Pergunta 5.....	42
Gráfico 06: Resultados da Pergunta 6.....	43
Gráfico 07: Resultados da Pergunta 7.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Níveis de Confiança x Constante Z	36
Tabela 02: Estratificação dos resultados da Pergunta 1	38
Tabela 03: Estratificação dos resultados da Pergunta 2	39
Tabela 04: Estratificação dos resultados da Pergunta 3	40
Tabela 05: Estratificação dos resultados da Pergunta 4	41
Tabela 06: Estratificação dos resultados da Pergunta 5	42
Tabela 07: Estratificação dos resultados da Pergunta 6	43
Tabela 08: Estratificação dos resultados da Pergunta 7	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAF – Comitê de Articulação e Pactuação Federativa

COSANPA – Companhia de Saneamento Básico do Pará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTUR – Ministério do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

UICN – International Union for Conservation of Nature

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. GERAL.....	14
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3. JUSTIFICATIVA	14
4. METODOLOGIA.....	15
5. EMBASAMENTO TEÓRICO.....	16
5.1. POLITICAS PÚBLICAS	16
5.1.1. Conceitos de Políticas Públicas.....	16
5.1.2. Políticas Públicas de Turismo, Sustentabilidade e Economia	17
5.1.3. Meio Ambiente e Políticas Públicas.....	20
5.2. COMPETENCIAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO AMBIENTAL	23
5.3. PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO (PNMT).....	24
6. HISTÓRIA	25
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
7.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	34
7.2. RESULTADOS	36
7.2.1. Cálculo de Tamanho Amostral Para Pesquisa de Campo.....	36
7.2.2. Interpretação de Dados	37
8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	45
9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	46
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE A ORLA DE MARABÁ-PA	50

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolve políticas públicas que visam promover a produção e o consumo sustentáveis. Produção sustentável é a incorporação ao longo de todo ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Já o consumo sustentável pode ser definido segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações.

O Brasil tem investido na criação de políticas públicas para os mais diversos setores econômicos, inclusive para o turismo. A criação do Ministério do Turismo (MTur), no ano de 2003, pode ser citada como um marco recente dos investimentos na organização e administração da atividade turística no país (BRASIL, 2010).

O MTur veio com a missão de desenvolver o turismo, como atividade econômica com papel relevante na geração emprego e renda, de forma sustentável, proporcionando inclusão social. Segundo (INSKEEP, 1991) o desenvolvimento sustentável do turismo pode ser percebido como “uma forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras”. (BENI, 1997) também defende que o turismo sustentável deve pressupor a viabilidade econômica e social, privilegiando simultaneamente a cultura local e o ambiente.

As políticas públicas são instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente são capazes de promover o desenvolvimento sustentável, social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam.

A fim de alcançar esse almejado desenvolvimento o país tem desenvolvido estratégias que primam pela descentralização na administração do turismo, a condução de uma gestão integrada e compartilhada, além da utilização do planejamento participativo, buscando, assim, maior inserção da sociedade no que diz respeito à organização da atividade turística.

O plano nacional de turismo participa dessa nova fase de crescimento e se consolida como importante atividade econômica para geração de emprego, desenvolvimento social, investimentos em infraestrutura, sustentabilidade e modelagem do ambiente competitivo. O potencial de desenvolvimento turístico oferece ao mesmo tempo oportunidade e desafio para a execução de ações de proteção ao meio ambiente e de promoção do seu uso economicamente sustentável, com respeito aos costumes regionais, viabilizando grandes avanços na inclusão social e na distribuição da riqueza.

Como nos afirma (BENI, 2003), para que haja o fortalecimento da atividade turística devemos entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado. Entretanto se faz necessário ressaltar que tantos benefícios somente podem ser alcançados se a prática da atividade for realizada de maneira organizada, coordenada e planejada, pois, assim como propicia inúmeros impactos positivos, se mal planejada, pode gerar diversos impactos negativos, causando danos, até mesmo irreversíveis, como a sazonalidade, inflação, degradação e poluição do meio ambiente e do ambiente cultural, desvalorização e mercantilização patrimonial (GOELDNER RITCHIE MCINTOSH, 2002).

Atualmente, o município de Marabá é o quarto mais populoso do Pará, com 262 085 habitantes em 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com o 4º maior produto interno bruto (PIB) do estado em 2013, com 5,2 bilhões de reais. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,668, considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/2010. Sua renda per capita em 2013 era de 20 687,01 reais. É o principal centro socioeconômico do sudeste paraense e um dos municípios mais dinâmicos do Brasil. Marabá é um grande entroncamento logístico, interligada por cinco rodovias ao território nacional, por via aérea, ferroviária e fluvial, possui um dos principais pontos turísticos da região, a orla com aproximadamente 5 km de trecho, ela possibilita um olhar agradável para o Rio Tocantins e à Praia do Tucunaré.

A natureza é essencial para o desenvolvimento da atividade turística, e sem dúvida desperta fascínio nas pessoas, que buscam no contato com a mesma, recuperar suas energias e aliviar as tensões do dia a dia.

Assim este trabalho tem como objetivo um estudo na orla fluvial de Marabá-PA para avaliar se a ausência de políticas públicas de turismo estão dificultando o seu

desenvolvimento tanto financeiro quanto socioambiental, a escolha do estudo sobre a orla fluvial teve como objeto de pesquisa por este apresentar características que o diferenciam de outros espaços, que são pensados eminentemente para turistas, á saber inclusão social, economia e gestão participativa, nas quais o turismo pode ser trabalhado como componente de gestão sustentável e como instrumento de inclusão, com vista a geração de trabalho e renda nesse espaço, além de proporcionar lazer para a comunidade local.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Avaliar se a ausência de políticas públicas está acarretando problemas no desenvolvimento turístico e na degradação do meio ambiente na orla de Marabá-PA.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer propostas a partir da política pública turística para o desenvolvimento do gerenciamento ambiental, contribuindo para o aumento da consciência ambiental;
- Permitir melhorar a qualidade de vida da comunidade local e empresarial com benefícios econômicos e sociais;
- Analisar a real situação da orla de Marabá e seus impactos socioambientais.

3. JUSTIFICATIVA

Considerando o local da orla de Marabá-Pa, ser um local popularizado para questões turísticas, econômicas e ambientais, gerou-se o interesse por um levantamento de estudo para avaliar se a ausência de políticas públicas turísticas na orla pode dificultar o desenvolvimento turístico na orla e se estão gerando impactos ambientais no local.

No que diz respeito à posição do avaliador ante o objeto avaliado, (ARRETCHE, 1998) defende que, porque destinadas a exercer controle sobre as intervenções públicas,

seja dos cidadãos sobre o governo, seja do governo sobre si mesmo, as avaliações precisam ser conduzidas por órgãos independentes. O ponto em questão é a neutralidade da avaliação. Para a autora, é muito difícil que avaliações realizadas pelas próprias equipes governamentais encarregadas da execução de uma dada política sejam críveis e isentas (embora a neutralidade absoluta seja impossível).

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do trabalho partiu de uma pesquisa bibliográfica na literatura especializada sobre a problemática do turismo e uma revisão teórico-conceitual sobre a cidade de Marabá-PA e uma revisão bibliográfica histórico-geográfica sobre o Sudeste Paraense.

Seguiu-se um levantamento teórico sobre o tema do turismo, imprescindível para a abordagem do trabalho como nos afirma (LUNA, 2009): “Essencialmente, pesquisa visa a produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente”.

Pesquisa de dados secundários e de fontes documentais, revistas, sites e jornais sobre a área de estudo, observação sistemática de campo sobre a utilização da orla de Marabá.

Foi realizado levantamento de dados primários, com aplicação de formulário de campo pautado com 07 questões objetivas na orla de Marabá-PA para um público alvo de 402 indivíduos. Essa quantidade partiu de um cálculo de tamanho amostral.

Fórmula para cálculo

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N – população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro permissível

Nosso cálculo:

$$n = \frac{8000 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5) + 0,05^2 \cdot (8000 - 1)}$$

$$n = \frac{7683,2}{20,9579}$$

$$n = 367 \text{ pessoas}$$

O cálculo nos mostra que precisaríamos de ao menos 367 questionários respondidos, mas como conseguimos obter um número maior utilizamos todos os 402 questionários.

A aplicação dos questionários teve duração de 16 dias, sendo realizada no período do dia 07 a 22 de julho de 2016.

Pesquisa empírica, sobre análise e sistematização de dados quantitativos coletados em campo à luz do referencial teórico-conceitual previamente definido e revisado. A avaliação da análise dos dados coletados estão demonstrados em tabelas e gráficos.

5. EMBASAMENTO TEÓRICO

5.1. POLITICAS PÚBLICAS

5.1.1. Conceitos de Políticas Públicas

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente. (BRENNER LOPES E JEFFERSON AMARAL, 2008).

Para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma:

Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade, de uma forma ainda mais abrangente, pode-se considerar as Políticas Públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". (BRENNER LOPES E JEFFERSON AMARAL, 2008).

(VELASQUES, 1999) define o termo como "conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis".

Já na seara jurídica, (BUCCI, 2006) considera que as políticas públicas são micro planos destinados à racionalização técnica da ação pública em vista dos objetivos que são assinalados, estimando determinados resultados.

Definir política envolve uma complexidade de fenômenos relacionados a filosofia, história, ideologia, entre outros, que interferem na compreensão deste termo. Mas para (CASTRO E FACÃO, 2004), política "compreende um conjunto de esforços empreendidos pelas pessoas que objetivam participar do poder ou influenciar a distribuição do poder".

É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população. (BRENNER LOPES E JEFFERSON AMARAL, 2008).

5.1.2. Políticas Públicas de Turismo, Sustentabilidade e Economia

No século XIX, prevaleceu a concepção liberal de que a promoção do progresso seria realizada pelas forças da economia de mercado, não cabendo ao Estado exercer uma política nesse sentido, nos moldes das políticas desenvolvimentistas que marcaram o século XX (HEIDERMAN, 2009). O modelo de Estado, assim, era focado na

manutenção da tranquilidade e segurança da sociedade, segundo os ideais da “inação” e do “repouso”, de modo a garantir a segurança jurídica necessária ao desenvolvimento do mercado capitalista. (COMPARATO, 1998).

No início do século XX, a crise econômica, as duas Grandes Guerras e a crescente complexidade das relações sociais, quebraram o paradigma liberal do século XIX, cujo modelo não mais correspondia aos anseios da sociedade, que passou a exigir do Estado uma postura ativa, realizadora das condições básicas para o alcance da igualdade social. Os modelos de Estado que surgiram então, caracterizaram-se pela intervenção, em maior ou menor grau, na esfera privada, inserindo-se nas cartas constitucionais do século XX os direitos sociais. (BUCCI, 2002).

Nesse contexto, (HEIDERMAN, 2009) compreende que questão do desenvolvimento tornou-se um problema político, o que implicou no surgimento de políticas governamentais visando à sua promoção, mais tarde entendidas como políticas públicas. Segundo (RUSCHMANN, 1997) os conceitos de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável se encontram completamente interligados à sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países em desenvolvimento. Isto ocorre devido ao desenvolvimento do turismo estar ligado a disponibilidade dos recursos de base existentes. Vale salientar que os recursos naturais nestes países, muitas vezes, estão danificados ou se deteriorando por falta de medidas governamentais e implantações de planos que visem a sua conservação.

O conceito de desenvolvimento à época, contudo, foi elaborado em torno do crescimento econômico, não compreendendo, diretamente, nenhum aspecto de meio ambiente, saúde ou direitos humanos (VARELLA, 2004). Os principais indicadores eram, assim, de natureza econômica, pois desenvolver um país significava implantar uma economia de mercado que pudesse incluir ao menos a maior parte dos seus cidadãos, passando os países industrialmente avançados a representar os modelos a serem seguidos pelos demais. (HEIDERMAN, 2009).

No plano do direito internacional econômico, desenvolve-se, nesse período, impulsionado pelos países do Sul, o chamado direito do desenvolvimento, por meio do qual pleiteava-se normas compensatórias da desigualdade econômica com a finalidade de assegurar condições mais favoráveis para que tais países pudessem se desenvolver. (VARELLA, 2004).

A partir do final da década de sessenta, alguns fatores passaram a tornar evidente a necessidade de análise do sistema econômico como imerso num sistema maior, com o qual interage e impacta o meio ambiente.

Podemos citar entre tais fatores: a acentuação da poluição que acompanhou a prosperidade pós-II Guerra nas economias industrializadas; as crises do petróleo da década de setenta; e a publicação pelo chamado Clube de Roma, do relatório intitulado “Limites do Crescimento”, também conhecido como “Relatório Meadows”, em 1972, que propunha o crescimento zero como solução possível para evitar o colapso ambiental anunciado. Até então, o sistema econômico, e seu desenvolvimento, eram tratados de forma isolada, autocontida, como se o meio ambiente pudesse fornecer recursos naturais como insumos de forma abundante e ilimitada, e servir como depósito, também ilimitado, aos resíduos e rejeitos desse sistema (MUELLER, 2007).

Ainda em 1972, a Organização das Nações Unidas - ONU realizou, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, na qual se tornou evidente a resistência dos países do Sul às conclusões do Relatório Meadows, sendo, também, a primeira vez que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi declarado formalmente como um direito fundamental. Em 1980, em estudo intitulado “Estratégia mundial para a conservação”, da UICN (International Union for Conservation of Nature), foi utilizada pela primeira vez a expressão “desenvolvimento sustentável”, que se tornaria conhecida ao ser conceituada, em 1987, no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ligada à ONU, também conhecido como “Relatório Brundtland” como: “aquele capaz de satisfazer às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (LEUZINGER, 2008).

A busca pelo desenvolvimento sustentável, assim, nos compele a trabalhar com ferramentas diversas das da economia tradicional, de modo a eliminarmos o crescimento obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, sejam sociais ou ambientais (SACHS, 2004). Tem-se sustentabilidade, com isso, quando na relação do homem com o ambiente natural, não ocorrer o esgotamento das bases materiais de reprodução das atividades econômicas, sociais e culturais, ou seja, quando as ações possam se reproduzir no tempo sem esgotar as bases materiais sobre as quais ocorrem (LEUZINGER, 2008).

A proteção do meio ambiente torna-se, assim, elemento fundamental no processo de desenvolvimento, pois toda forma de crescimento não sustentável seria

oposta ao conceito de desenvolvimento em si, ao implicar na redução das liberdades das gerações futuras. Neste sentido, temos a concepção do desenvolvimento como apropriação efetiva de direitos, eliminando-se as privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades dos agentes, ou seja, em expansão das liberdades, sendo esta o principal fim e meio do desenvolvimento (SEN, 2000).

Com isso, o crescimento econômico, ainda que acelerado, não significa desenvolvimento, não sendo suficiente maximizar o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB de um país, para que ele se desenvolva, pois o objetivo maior deve ser a redução da pobreza e atenuação das desigualdades, sem depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais. Várias dimensões passam, com isso, a ser agregadas à idéia de desenvolvimento, como a social, ambiental, cultural, política, econômica e territorial, a exigir medidas que as promovam em equilíbrio (SACHS, 2004).

Deste modo, deve-se buscar transformar as dimensões do desenvolvimento sustentável em critérios objetivos de políticas públicas, sendo o desafio da sustentabilidade, um desafio eminentemente político, de aliança entre distintos grupos sociais a impulsionar as transformações necessárias, sem que se reduza a questão ambiental a argumentos técnicos para a tomada de decisões racionais. Para a promoção do desenvolvimento sustentável, não se pode, assim, permitir que o seu discurso transformador seja absorvido apenas no nível da retórica, mantendo-se a tendência conservadora inercial dos sistemas sociais de resistir à mudança (GUIMARAES, 1997).

As políticas públicas para que possam promover o desenvolvimento sustentável, devem, portanto, integrar concretamente as suas várias dimensões no seu processo decisório.

5.1.3. Meio Ambiente e Políticas Públicas

Como afirma a Constituição Federal de 1988, meio ambiente é um bem de uso comum do povo e direito de todos, ou seja, meio ambiente é elemento fundamental na interação entre os atores sociais. É esperado que, nesta interação, surjam diferentes conflitos de interesse. Embora muitos reconheçam a importância dos recursos naturais, não há consenso de como gerenciá-los, pois nem todos estão dispostos a arcar com os custos de tal gestão e as possíveis restrições de uso.

Assim, tratar de questões ambientais é lidar com conflitos e com política, na perspectiva do conceito de (SCHMITTER RUA, 1998) de que política é a resolução

pacífica de conflitos. O poder público tem o dever de defender o meio ambiente tanto quanto a coletividade, como traz a Constituição Federal, o que pressupõe políticas públicas, construídas em conjunto com a sociedade, para cumprir com esse dever que se estende às presentes e às futuras gerações.

Existem diversas definições a respeito do que vem a ser política pública. (SARAVIA, 2006), afirma que se trata de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Sua finalidade é a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder e felicidade das pessoas.

Se o meio ambiente é uma atribuição do poder público e da coletividade, será que as instituições políticas previstas para lidar com as políticas ambientais correspondem a esse pressuposto constitucional? Para tanto, neste texto, será discutido o arranjo institucional previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), denominado de Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Além disso, é necessário discutir o tema do federalismo, visto que a questão ambiental é competência comum de todos os entes federados, como previsto no artigo 23 da Constituição Federal.

A partir do arranjo do Sisnama, tratar-se-á também da necessidade de coordenação entre as instituições para promover a gestão ambiental compartilhada, da contribuição e os limites para a atuação dos municípios, bem como dos entes mais recentes da federação brasileira.

A Constituição de 1988 elevou os municípios a entes federados, que passam a ter autonomia para se auto-organizarem, elegerem seus representantes, elaborarem suas leis e arrecadarem tributos próprios. Os municípios passaram, então, a assumir uma série de competências com relação a diversas políticas públicas. Mesmo que de forma compartilhada com outros entes da federação, os municípios passaram a ser protagonistas para diversas políticas.

O artigo 23 da Constituição Federal enumera uma série de competências comuns com os diferentes entes da federação. Além disso, o capítulo 30 reafirma que as questões de caráter local são de competência dos municípios. A questão ambiental aparece entre as competências descritas no artigo 23, incisos VI e VII: “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” e “preservar as florestas, a fauna e a flora”.

A Constituição Federal abre a possibilidade de todos os entes federados tratarem da questão ambiental, contudo ela não aponta como isso deve ser feito. O parágrafo único do artigo 23 é que dá margem à legislação infraconstitucional, nele, há a previsão de que lei complementar venha a abordar como deve ser a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Embora a discussão da regulamentação do artigo 23 se arraste desde 2003 até o fim de 2009, não foi votada a lei para indicar as formas de cooperação, o que prejudica a coordenação da PNMA, entre outras políticas.

Assim, compartilha-se do argumento de (CUNHA E PINTO, 2008) de que, ao mesmo tempo em que a Constituição reforçou a descentralização e o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados, ela é omissa quanto aos mecanismos de coordenação interfederativa.

O federalismo é a base das relações políticas em nosso país. Para que de fato funcione, é preciso garantir a unidade na diversidade, resguardar a autonomia local e manter a integridade territorial em um país marcado pela heterogeneidade. Nesse sentido, um dos grandes desafios da federação é a coordenação intergovernamental, ou seja, como se dão as formas de integração, compartilhamento e decisão conjunta (ABRUCIO, 2005). A maior parte dos programas de governo é implementada a partir das relações intergovernamentais e de parcerias com a sociedade civil (ARRETCHE, 2001). Entretanto, operar políticas públicas com uma diversidade de atores sem a devida pactuação é tarefa praticamente impossível.

O governo anterior colocou esse tema em pauta por intermédio de duas dinâmicas: *i*) a concentração entre os atores sociais; e *ii*) a repactuação federativa. Entre outras ações, destaca-se a criação, em 2003, de um instrumento chamado Comitê de Articulação e Pactuação Federativa (CAF). Esse comitê se propôs a garantir, ao mesmo tempo, o respeito à autonomia de cada esfera de governo, o reconhecimento de diferenças e contenciosos, a construção de agendas compartilhadas, a construção de consensos e a responsabilização diante de temas comuns entre a União e os municípios. Ele é composto por representantes do governo federal, coordenados pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e pelas três entidades nacionais de representação de prefeitos: Frente Nacional de Prefeitos, Confederação Nacional de Municípios e Associação Brasileira de Municípios (TREVAS, 2004).

Entre os temas discutidos no CAF estava, desde o princípio, o encaminhamento de um Projeto de Lei Complementar, fixando normas para a cooperação entre a União,

os estados, o Distrito Federal e os municípios tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, nos termos do parágrafo único do art. 23 da Constituição de 1988.

Apesar de inúmeros esforços, essa temática não logrou êxito. Tal regulamentação tem especial interesse para a questão ambiental, visto que as discussões acerca do artigo 23 vêm sendo provocadas pela agenda ambiental. Também vale destacar que, embora o CAF represente um avanço no diálogo federativo, ele não inclui os estados.

5.2. COMPETENCIAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO AMBIENTAL

(CARLO, 2006) traz a partir de diversos autores, alguns riscos no processo de descentralização de políticas públicas: captura do poder local por grupos que se beneficiam de práticas predatórias; corrupção de políticos e funcionários públicos; e exercício do poder oligárquico pelas elites locais, com prejuízo da qualidade dos serviços prestados. A especificidade das políticas ambientais traz alguns agravantes, pois os interesses locais, muitas vezes, apontam no sentido da promoção do crescimento econômico imediato e repudiam o cumprimento da legislação ambiental.

Além disso, a escala para se promover a gestão dos recursos naturais é maior que a do município, portanto, a maioria das questões deve, no mínimo, ser tratada em escala que obedeça à lógica dos recursos naturais, como bacia hidrográfica ou bioma, por exemplo. Outro agravante é que, em geral, os municípios carecem de capacidade técnica para lidar com problemas ambientais. Ademais, o autor aponta que a falta de participação social é uma das principais causas do fracasso de processos de descentralização das políticas públicas (CARLO, 2006).

Porém são inúmeros os exemplos de iniciativas locais de recuperação, preservação e boa gestão dos recursos naturais. Além de soluções criativas locais, é no município que a população está mais próxima dos representantes políticos e interagem diretamente com as políticas públicas. Portanto é nesse espaço territorial que a organização da sociedade pode levar à construção de consensos e de outras lógicas de desenvolvimento que valorizem o local, as relações humanas, a justiça social. Nessa linha, é interessante a discussão que (FARAH, 2006) traz acerca da importância das iniciativas locais em um processo embrionário de reconstrução do Estado brasileiro,

estabelecendo uma nova relação entre Estado e sociedade, além da redefinição da esfera pública, orientada para a democratização da gestão das políticas públicas no país.

A Constituição Federal de 1988 define as competências de atuação de todos os entes que compõem a federação. O artigo 23 atribui comumente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios as seguintes competências, dentre outras:

II cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

V proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI proteger o meio ambiente e combater a poluição e qualquer de suas formas;

VIII fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XII estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

5.3. PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO (PNMT)

A Municipalização é um processo de desenvolvimento turístico que mostra para a população, ou seja, que conscientiza a população das ações realizadas no próprio Município. Ela desperta a sensibilidade dos moradores nos Municípios de que apenas possuir atrativos, ou potencial turístico, não é suficiente para que o turismo cresça e se desenvolva (SILVA SOUSA, L. 2006).

O setor turístico só poderá produzir benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais, se for planejado dentro da realidade local, estadual, regional, nacional e até internacional e acompanhado pela comunidade. (SILVA SOUSA, L. 2006).

Como o turismo é uma atividade que se desenvolve graças aos atrativos que têm no município, utilizando serviços e gerando impostos locais, a Municipalização envolve ao máximo a sua comunidade nos projetos a serem desenvolvidos. Esta ação deverá ser trabalhada entre autoridades e comunidade. Sendo assim, com a população local envolvida e participando das decisões que definirão o planejamento municipal, ela estará mais disposta a colaborar para que os resultados sejam mais eficientes.

O PNMT sabe que o turismo só existirá na cidade se ela estiver preparada para receber o turista, pois turista satisfeito volta, faz propaganda do lugar, traz seus amigos e familiares, aumentando mais ainda o número de turistas, gerando mais emprego, aumentando a renda e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da população local. Sendo assim, o PNMT parte da idéia de que é o cidadão o elemento principal, ou seja, é o morador de cada cidade que sabe, melhor do que ninguém, o que ela tem e pode oferecer ao turista de uma maneira organizada (SILVA SOUSA, L. 2006).

Para (SILVA SOUSA, L. 2006) esse programa leva até a cidade profissionais que vão conscientizar, sensibilizar, estimular e capacitar a comunidade, em forma de oficina, para que ela desperte e reconheça a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios, ambiental, histórico e cultural, tendo, como resultado, a participação e o gerenciamento da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. O Objetivo Geral é promover o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, ou seja, prepará-los de uma maneira organizada e planejada para receber os turistas com base na economia local, no social, no ambiental, no cultural e na política.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo é um processo de conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do município, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e da herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos (SILVA SOUSA, L. 2006).

Como atividade que se desenvolve através de atrativos localizados, utiliza serviços e gera impostos, primordialmente municipais. Nada mais adequado do que concentrar os processos de planejamento e gerenciamento no município, procurando envolver ao máximo a sua comunidade vinculando-a aos programas a serem implantados.

6. HISTÓRIA

No presente trabalho o termo orla significa somente a orla fluvial, como espaço de interação entre terra e água, basicamente as faixas de contato imediato da cidade de

Marabá com o rio Tocantins e com o rio Itacaiúnas, devido á importância destes, considerados como maiores cursos hídricos da cidade.

Em Marabá a orla fluvial definiu-se como parte da área situada a frente ribeirinha no centro da cidade no bairro velha Marabá, em função das especificidades que ela apresenta, seja do ponto de vista portuário, seja do ponto de vista da concentração de outras atividades econômicas presentes, em especial a de comércio e de serviços, servindo de ponto de conexão tanto com os municípios ribeirinhos do próprio estado do Pará, quanto com outros estados da região amazônica (SILVA, 2005).

A denominação Marabá tem origem indígena e significa filho do prisioneiro ou estrangeiro, ou ainda o filho da índia com o branco. Criado em 27 de fevereiro de 1913 por reivindicação da comunidade marabaense, o município só foi instalado formalmente em 05 de abril do mesmo ano, data que passou a ser comemorada como seu aniversário e só recebeu o título de cidade em 27 de outubro de 1923, através da lei 2207

O povoamento da região de Marabá se deu nos fins do século XIX, com a chegada de imigrantes goianos e maranhenses. A emancipação municipal ocorreu em 1913, com seu desmembramento do município de Baião. O desenvolvimento do município durante um grande período foi dado pelo extrativismo vegetal, ás vias fluviais dos rios Tocantins e Araguaia já eram utilizadas desde os tempos coloniais. Populações ribeirinhas, caboclos, coletores de castanha, tropeiros que conduziam gado vindo do Maranhão e do Tocantins e os grupos indígenas já dividiam aquele imenso território.

Figura 01: Embarque da castanha na orla de Marabá



Fonte: Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves - 1926

A exploração da mata e de seus recursos era livre e aberta á iniciativa de indivíduos, geralmente provenientes de outras regiões, que quisessem tentar a sorte, principalmente com o extrativismo. A fama do barracão comercial de Marabá, que originou o núcleo urbano, cresceu e outras casas comerciais foram se estabelecendo, a partir do local onde hoje se encontra o bairro cabelo seco parte da orla fluvial, na extremidade do pontal junto á confluência dos dois rios.

Marabá sofreu uma grande transformação no seu espaço urbano e na sua economia, com graves repercussões na estrutura social. A cidade deixou de ter as características de comunidades ribeirinhas típica da Amazônia para se tornar-se um centro urbano de grandes proporções e com os mesmos problemas e dilemas dos demais centros urbanos do Brasil com imensa desigualdade social, formação áreas periféricas, favelização e enormes disparidade no processo de apropriação do espaço urbano pelos diversos grupos sociais.

Figura 02: Antigo barracão comercial núcleo urbano de Marabá

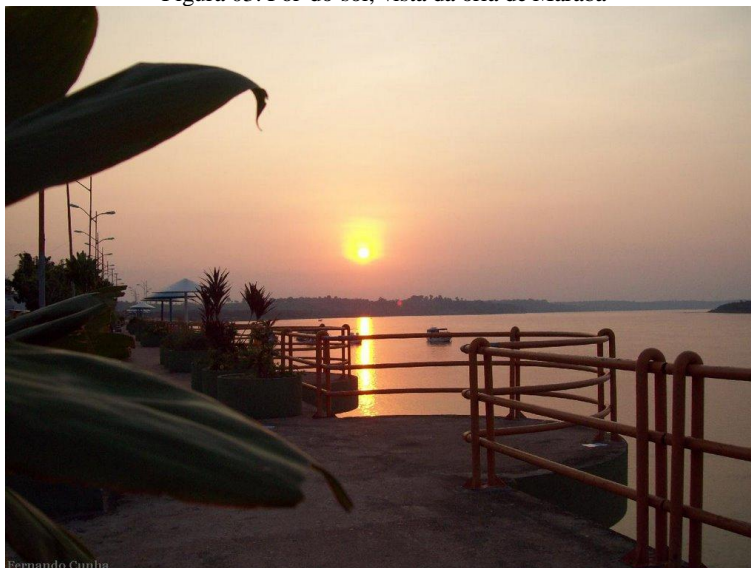


Fonte: Almeida (2000)

O setor turístico nos últimos anos tem sido considerado um dos mais importantes seguimentos da economia internacional, não apenas pela justificativa de seus índices de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, mas principalmente por ter transformando-se numa das alternativas que proporcionam a geração de emprego, renda e a inclusão social, aumentando a qualidade de vida e possibilitando a reestruturação das relações sociais desestabilizadas pelos problemas inerentes as lacunas do desenvolvimento (CORIOLANO, 2006).

A orla de Marabá-PA é uma das maiores atrações do povo local, dentre os espaços de lazer e turismo situados na orla da cidade de Marabá, destaca-se o pôr-do-sol, uma linda vista a ser deslumbrada pelo visitante no fim da tarde.

Figura 03: Pôr-do-sol, vista da orla de Marabá



Fonte: Autora

Figura 04: Vista da orla de Marabá



Fonte: <https://iiersbq.unifesspa.edu.br/index.php/localizacao>

A Praia do Tucunaré situada em frente à orla surge no verão quando baixam às águas do Rio Tocantins a larga faixa de areia é enriquecida por uma vegetação própria que garante a beleza peculiar da praia onde é propícia a prática de esportes náuticos e de areia, proporcionando lazer aos visitantes. Nas atuais discussões sobre desenvolvimento e contrapondo-se ao modelo do turismo de massa, discutem-se modelos de

desenvolvimento para o turismo destacando-se o turismo sustentável e o de base local, considerados como modelos que contribuem para dinamizar a economia, promover a sustentabilidade das comunidades envolvidas, uma vez que pode gerar benefícios e inclusões a essas comunidades e incluí-los nas discussões acerca de seu desenvolvimento de forma mais participativa (CORIOLANO, 2003).

Figura 05: Praia do tucunaré em frente à orla de Marabá



Fonte: <https://iiersbq.unifesspa.edu.br/index.php/localizacao>

O rio Itacaiúnas afluente do Tocantins pela margem esquerda, sua foz banha a cidade e, junto com o Tocantins proporciona inesquecíveis passeios de lanchas e barcos para contemplação da fauna e da flora amazônica, além da prática da pesca esportiva.

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (TORRE, 1992).

Figura 06: Entroncamento do rio Itacaiúnas com o rio Tocantins



Fonte: Prefeitura Municipal de Marabá (1984)

A orla é bastante visitada pelo povo marabaense e turistas, é sempre um bom programa para os finais de semana, muitos vão fazer caminhadas, corridas, esporte como futebol, queima, vôlei, e eventos esporádicos como o carnaval fora época e etc..

O turismo tem como sua matéria prima os atrativos turísticos. São eles que podem motivar o deslocamento de pessoas para ver, fazer ou sentir e desfrutar de sua existência. Investir na imagem e na infraestrutura de uma cidade que possua atrativos turísticos faz deles produtos com capacidade de serem consumidos por algum tipo específico de mercado (MELGAR, 2001).

Figura 07: Vista da orla de Marabá com movimentação



Fonte: Autora

Figura 08: Evento do carnaval fora de época na orla de Marabá



Fonte: <https://iiersbq.unifesspa.edu.br/index.php/localizacao>

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ainda na Marabá Pioneira, a faixa de orla que faz limite com o rio Tocantins, passando pelos bairros Centro e Santa Rosa apresenta uma melhor infra-estrutura, pois forma o calçadão, o cais de arrimo, os trapiches, as diversas rampas de acesso ao rio, dentre outros equipamentos urbanos, voltados para circulação e para o lazer.

Por outro lado, além de residências, comércios, instituições e pequenas indústrias, também é marcante a presença de agentes do circuito inferior da economia urbana neste espaço, com destaque para os vendedores ambulantes de bebidas e importados (bolsas, chapéus, brinquedos, etc) e os barqueiros (agentes que por uma pequena quantia em dinheiro fazem o transporte de pessoas pelo rio) que de forma desordenada ocupam o espaço.

Outro ponto importante que foi observado durante o levantamento das informações, foi a quantidade de lixo gerado pelos visitantes, há falta de lixeiras em toda a extensão da orla, sendo descartado nas margens, no rio, e nas calçadas, tornando uma visualização desagradável do ambiente.

Diante desses tipos de problemas, entra em discussão a questão sobre o desenvolvimento sustentável para o turismo como nos afirma (BRASIL, 2007): o modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo considera a conservação do meio ambiente, a inclusão social e a participação na gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística em longo prazo.

Figura 09: Vendedores ambulantes na calçada da orla de Marabá



Fonte: Autora

Figura 10: Vendedores ambulantes na calçada da orla de Marabá



Fonte: Autora

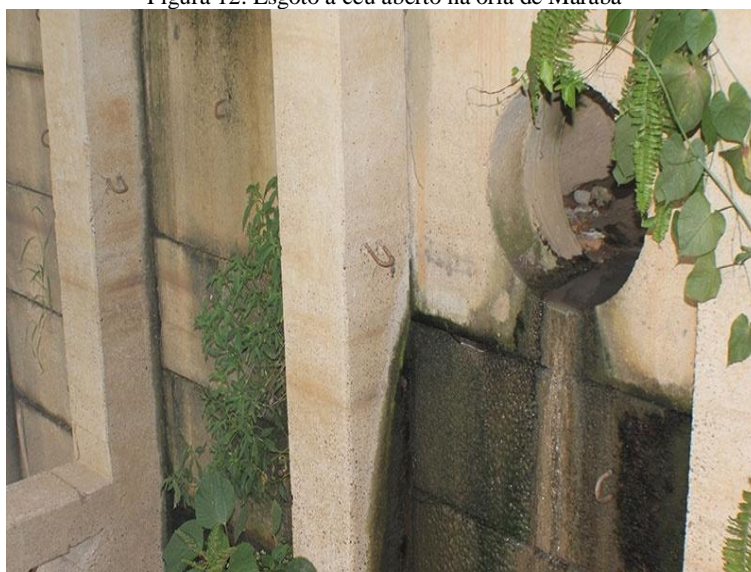
Figura 11: Barqueiros na margem da orla de Marabá



Fonte: Autora

Além de todos os problemas de poluição e de infraestrutura, existe também a falta de saneamento básico em toda extensão da orla fluvial, conforme matéria do jornal diário do Pará no dia 20/7/2015 publicou; pessoas que transitaram pela orla do rio Tocantins, em direção à praia do Tucunaré, em Marabá, visualizam uma cena que preocupa: o esgoto da cidade cai diretamente no rio. É possível perceber, ao longo de toda a orla, que tubos despejam água suja e fétida dentro do rio. Em um determinado tubo, que fica localizado próximo à Colônia de Pescadores Z-30, a situação é pior por conta da mistura com graxa que vem de uma oficina de motores.

Figura 12: Esgoto a céu aberto na orla de Marabá



Fonte: Jornal diário do Pará

Para os pescadores, que convivem diariamente com os esgotos da orla, a situação é preocupante, como relata José Miranda, de 57 anos. “A gente fica triste. Eu tenho que levar água de casa durante a pescaria, mesmo em um local longe daqui, porque eu não tenho coragem de beber essa água do rio”, lamenta. A dona de casa Francineide Santos também reclama da situação. “A população vota para ter uma coisa melhor e, ao ver isso, a gente fica meio revoltada”, critica.

Ano passado, a Secretaria de Planejamento de Marabá revelou um dado alarmante. Segundo o Sistema Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades, um levantamento encomendado no Plano de Saneamento de Marabá constatou que não existe saneamento na cidade. Os números revelavam que há 0% de esgotos na zona rural e 0% na zona urbana.

“Isso em uma cidade centenária e que aumenta o dobro do que cresce normalmente as cidades do país. É preciso urgentemente aumentar também os investimentos aqui em relação a água e saneamento básico”, declarou Roberval Marco, Secretário de Planejamento.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi procurada para comentar a situação. Segundo o secretário Carlos Brito, está sendo construída uma Estação de Tratamento de Esgoto no bairro Amapá, no núcleo Cidade Nova, que deverá dar suporte no sentido de solucionar o despejo do esgotamento sanitário diretamente no rio Tocantins.

Já a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), responsável pelo esgotamento sanitário nas cidades paraenses, afirmou que a Estação de Tratamento de Esgoto de Marabá está com 80% dos trabalhos de engenharia edificados na rua das Cacimbas, bairro do Amapá, que atenderá todo o núcleo da Nova Marabá, que receberá a maior cobertura de esgoto do Estado e beneficiará 60 mil habitantes. No entanto, não informou o que será feito com os esgotos que caem diretamente no rio Tocantins (JORNAL DIÁRIO DO PARÁ 2015).

(CORIOLANO, 2006) nos lembra a importância da inclusão de uma localidade no circuito turístico, que deve ser precedida de uma preparação para transformar o município em um local em que sua população tenha qualidade de vida com a garantia de atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência e de desenvolvimento social, em que a proteção do meio ambiente permeie todas as políticas públicas e atividades privadas. Enfim, que a localidade seja tão boa para sua comunidade como deve ser para os turistas que a visitam.

7.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Marabá é terra de sol forte, cultura rica e povo hospitaleiro. Sua fundação aconteceu em 5 de abril de 1913. O povoamento da bacia do Itacaiúnas tem na formação do município um papel importante, porque apesar dessa região ter sido explorada pelos portugueses ainda no século XVI, permaneceu sem ocupação definitiva durante quase 300 anos. Somente a partir de 1892 é que, de fato, o espaço foi ocupado por colonizadores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984).

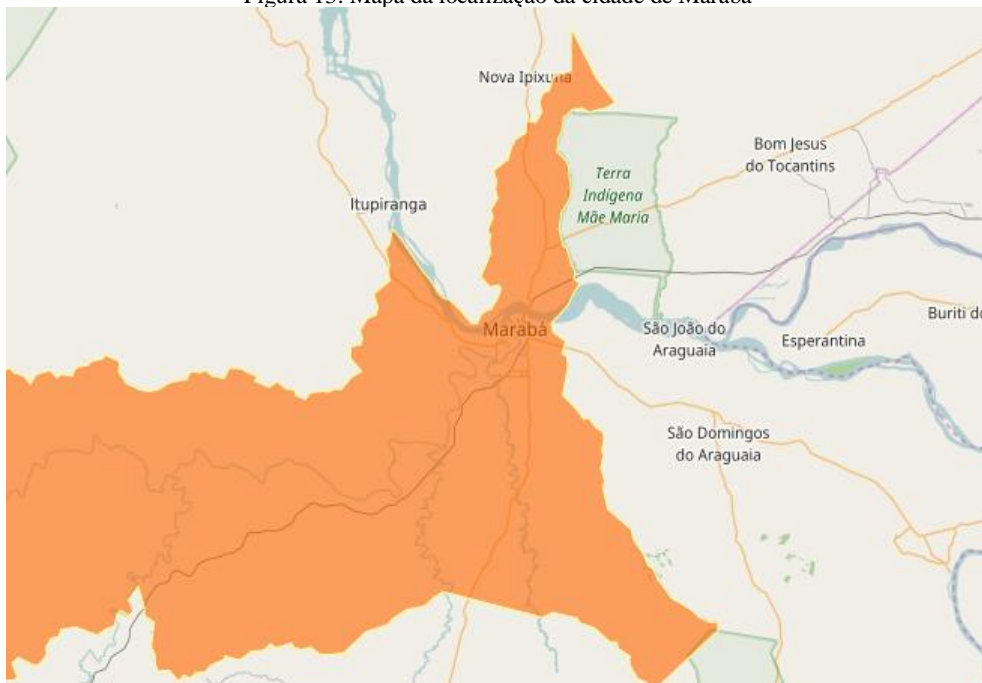
A denominação Marabá tem origem indígena e significa filho do prisioneiro ou estrangeiro, ou ainda o filho da índia com o branco. Criado em 27 de fevereiro de 1913

por reivindicação da comunidade marabaense, o município só foi instalado formalmente em 05 de abril do mesmo ano, data que passou a ser comemorada como seu aniversário e só recebeu o título de cidade em 27 de outubro de 1923, através da lei 2207.

Marabá fica distante 438 km de Belém e pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião Marabá. Limita-se ao Norte com Itupiranga, Jacundá e Rondon do Pará, a Leste com Bom Jesus do Tocantins e São João do Araguaia, ao Sul com São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingú e a Oeste com São Félix do Xingú e Senador José Porfírio. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984).

Hidrografia e relevo o principal acidente hidrográfico é a bacia do Rio Itacaiúnas, afluente pela margem esquerda do Rio Tocantins em cuja foz encontra-se a sede municipal. O Rio Tocantins é de grande importância para o município. Apresentando como afluentes os Rios Tauazinho, limite natural Leste com o município de São João do Araguaia, e Flecheira, que limita Marabá, ainda a Leste, com o município de Bom Jesus do Tocantins. Destacam-se ainda no cenário natural do município as serras da Redenção, do Cinzento e parte da Serra dos Carajás.

Figura 13: Mapa da localização da cidade de Marabá



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150420>

7.2. RESULTADOS

7.2.1. Cálculo de Tamanho Amostral Para Pesquisa de Campo

A orla de Marabá possui extensão de 2 mil metros de comprimento por 4 metros de largura, totalizando 8 mil metros quadrados. Considerando uma ocupação média de uma pessoa por metro quadrado, temos um número de 8 mil indivíduos frequentantes. Assim podemos estabelecer o tamanho amostral para a pesquisa.

Para o cálculo do tamanho amostral são necessárias algumas informações importantes:

- **Tamanho da população:** é o tamanho da população alvo. Representado usualmente por N, no nosso caso são 8.000 pessoas.
- **Erro permissível:** é o erro admitido para o estimador de proporção. O tamanho amostral para a estimação de proporções leva em consideração o quanto você "aceita errar" na estimativa do parâmetro populacional. Para proporções esse erro deve estar entre 0 e 1 (varia entre 0% a 100%). Normalmente utiliza-se 5% como aceitável, este valor será adotado no cálculo realizado.
- **Confiabilidade:** como amostragem é um processo probabilístico, existe uma probabilidade desse erro permissível (ou seja o erro máximo aceitável) não ser satisfeito. Definimos como **nível de confiança** (confiabilidade) a probabilidade do erro máximo permissível ser satisfeito. Usualmente, trabalha-se com probabilidades como 90%, **95%**, 99% ou ainda 99.9% dependendo do tipo de estudo. Utilizaremos uma confiabilidade de 95% que é a mais utilizada.

Tabela 01: Níveis de Confiança x Constante Z

Nível de Confiança	Constante Z
90%	1,645
95%	1,96
99%	2,575

Fonte: Autora

- **Proporção:** o último ingrediente para o cálculo do tamanho amostral necessário é o valor da **proporção** representado por p, esse valor varia entre 0 e 1 (varia

entre 0% a 100%). Comumente utilizamos $p=0,5$. Nesse caso, o "piores dos casos" é construído e o tamanho amostral máximo é obtido.

Fórmula para cálculo

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro permissível

Nosso cálculo:

$$n = \frac{8000 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5) + 0,05^2 \cdot (8000 - 1)}$$

$$n = \frac{7683,2}{20,9579}$$

$$n = 367 \text{ pessoas}$$

O cálculo nos mostra que precisaríamos de ao menos 367 questionários respondidos, mas como conseguimos obter um número maior utilizamos todos os 402 questionários.

7.2.2. Interpretação de Dados

A pesquisa de campo na Orla de Marabá foi realizada com 402 pessoas, como o número mínimo de entrevistas de acordo com o calculado no tópico acima era 367 pessoas, estamos dentro dos parâmetros necessários para avaliação.

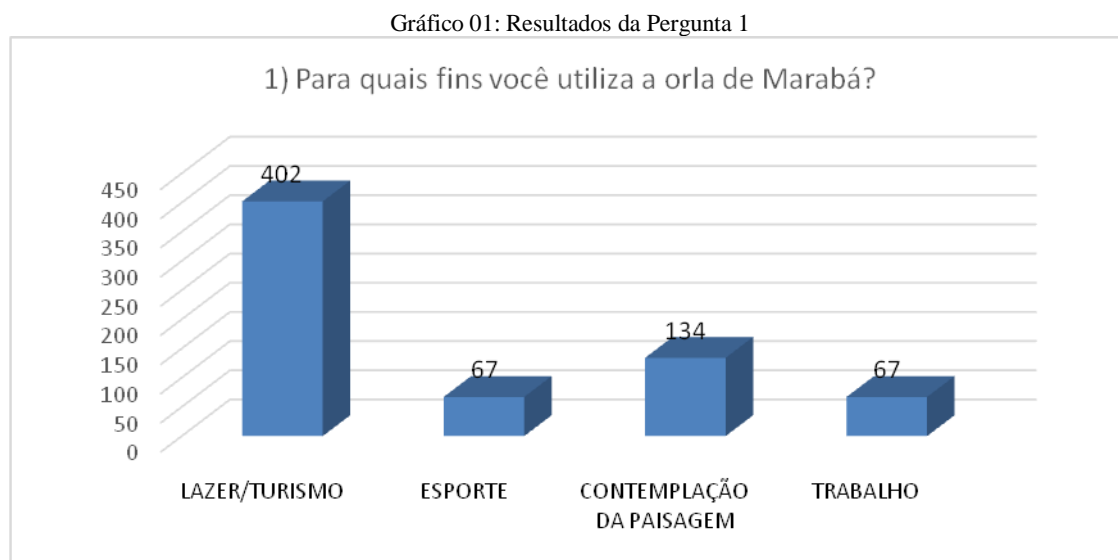
Abaixo será estratificada cada pergunta do questionário, bem como a avaliação das referidas respostas, pautados para resultados finais deste trabalho.

- Pergunta 1

Para quais fins você utiliza a orla de Marabá?

Opções: Lazer/Turismo; Esporte; Contemplação da Paisagem; Trabalho.

O resultado obtido foi o seguinte:



Fonte: Autora

Tabela 02: Estratificação dos resultados da Pergunta 1

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
LAZER/TURISMO	402	100,00%
ESPORTE	67	16,67%
CONTEMPLAÇÃO DA PAISAGEM	134	33,33%
TRABALHO	67	16,67%

Fonte: Autora

No gráfico e tabela acima pode ser observado que 402 pessoas equivalentes a 100% dos entrevistados utilizam a orla para fins de lazer e turismo, 16,67% dos entrevistados utilizam para esporte, 33,33% utilizam para contemplação da paisagem e 16,67% para trabalho.

Fica claro através dos dados, que o local é propício para grandes investimentos turísticos.

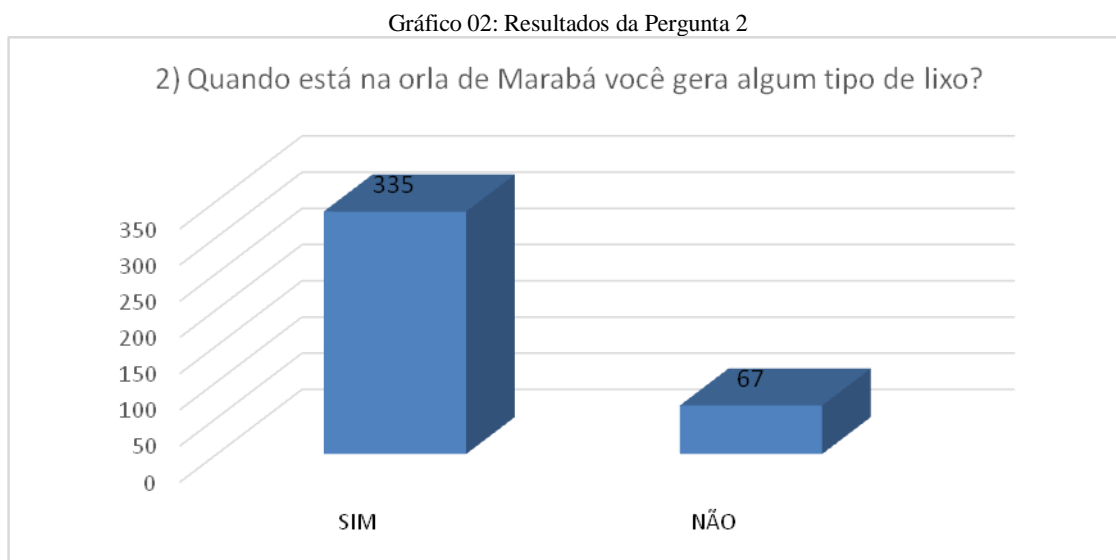
Obs: Na questão 1 é possível assinalar mais de uma opção

- Pergunta 2

Quando está na orla de Marabá você gera algum tipo de lixo?

Opções: Sim; Não.

O resultado obtido foi o seguinte:



Fonte: Autora

Tabela 03: Estratificação dos resultados da Pergunta 2

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM	335	83,33%
NÃO	67	16,67%

Fonte: Autora

A pergunta 2 possui ênfase quanto a geração de lixo. Neste gráfico fica evidente que a maioria dos entrevistados 83,33% geram algum tipo de resíduo e apenas 16,67% não geram nenhum tipo de lixo.

- Pergunta 3

Em que local você joga seu lixo quando visita a orla de Marabá?

Opções: Em lixeiras expostas na orla; Outros.

O resultado obtido foi o seguinte:

Gráfico 03: Resultados da Pergunta 3



Fonte: Autora

Tabela 04: Estratificação dos resultados da Pergunta 3

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
EM LIXEIRAS EXPOSTAS NA ORLA	67	16,67%
OUTROS	335	83,33%

Fonte: Autora

O gráfico referente a pergunta 3 nos mostra apenas 16,67% dos entrevistados jogam seu lixo em lixeiras expostas. Provavelmente esse pequeno número deve-se ao fato de não existirem lixeiras expostas adequadamente e de forma visível, algumas dessas lixeiras se encontram apenas em barracas de vendedores ambulantes.

A grande maioria dos entrevistados 83,33% acabam destinando seu lixo em algum outro lugar, sejam nas margens, no rio, nas ruas ou levam consigo. Tal fato justifica a poluição observada no local.

- Pergunta 4

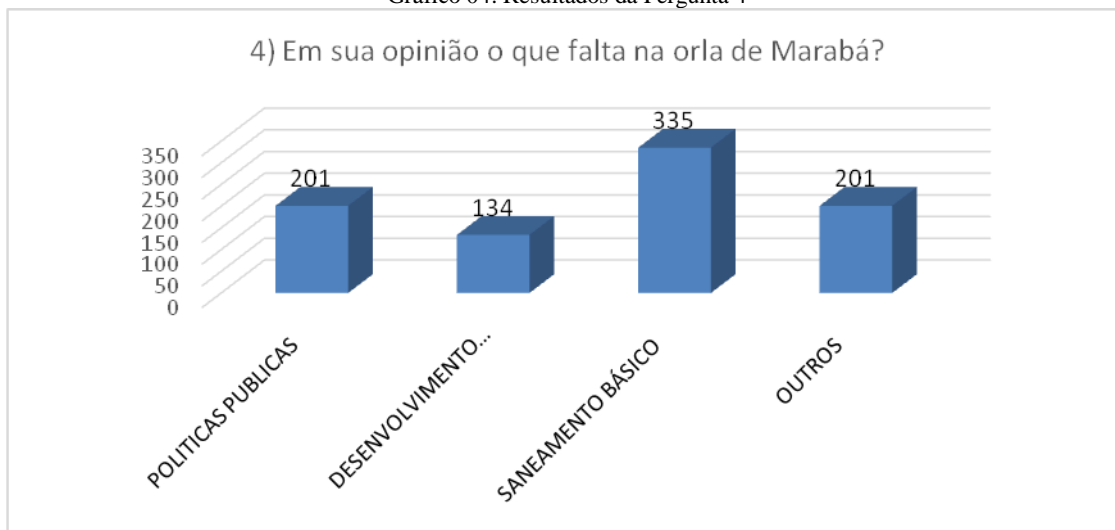
Em sua opinião o que falta na orla de Marabá?

Opções: Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável; Saneamento básico;

Outros.

O resultado obtido foi o seguinte:

Gráfico 04: Resultados da Pergunta 4



Fonte: Autora

Tabela 05: Estratificação dos resultados da Pergunta 4

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
POLÍTICAS PÚBLICAS	201	50,00%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	134	33,33%
SANEAMENTO BÁSICO	335	83,33%
OUTROS	201	50,00%

Fonte: Autora

As respostas obtidas na pergunta 4, trazem grandes indícios da falta de saneamento básico na orla, 83,33% dos entrevistados confirmam o fato.

A falta de políticas públicas foi apontada por 50% dos entrevistados e a falta de desenvolvimento sustentável por 33,33%.

Obs: Na questão 4 é possível assinalar mais de uma opção

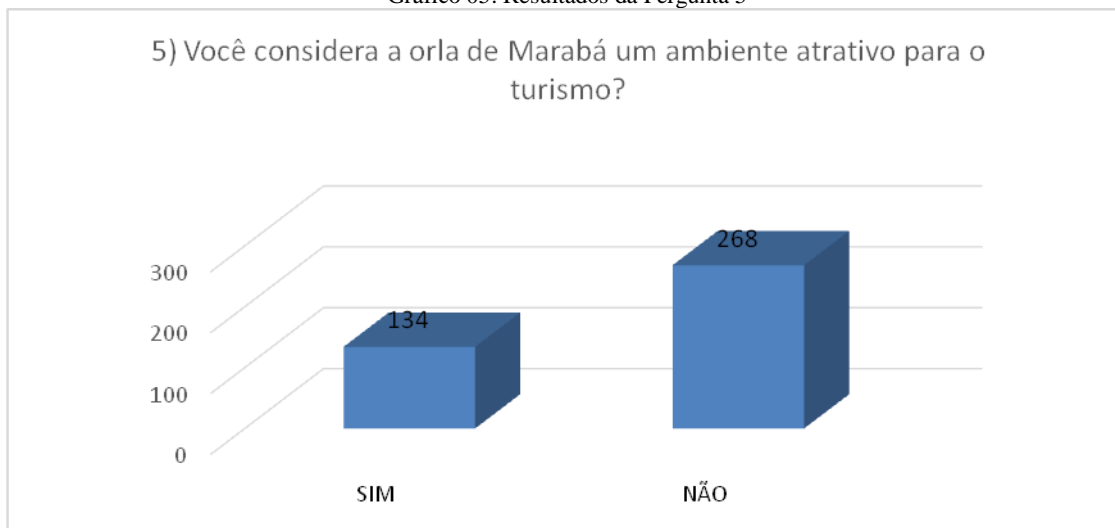
- Pergunta 5

Você considera a orla de Marabá um ambiente atrativo para o turismo?

Opções: Sim; Não.

O resultado obtido foi o seguinte:

Gráfico 05: Resultados da Pergunta 5



Fonte: Autora

Tabela 06: Estratificação dos resultados da Pergunta 5

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM	134	33,33%
NÃO	268	66,67%

Fonte: Autora

Na resposta à pergunta 5, a grande maioria dos entrevistados não acham o local atrativo para o turismo, sendo representado por 66,67%.

Apesar de ser um local muito frequentado, nos confirma que provavelmente isso se deve à falta de opções na cidade. A implementação de políticas públicas de turismo poderia tornar a Orla um ambiente atrativo, trazendo diversos benefícios e resultados para os visitantes e principalmente ao meio ambiente e a região.

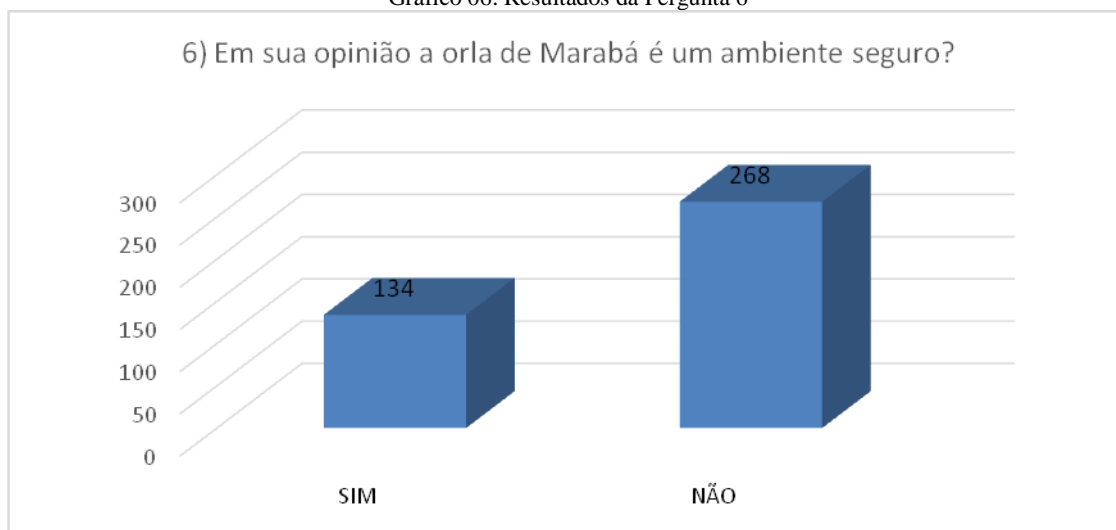
- Pergunta 6

Em sua opinião a orla de Marabá é um ambiente seguro?

Opções: Sim; Não.

O resultado obtido foi o seguinte:

Gráfico 06: Resultados da Pergunta 6



Fonte: Autora

Tabela 07: Estratificação dos resultados da Pergunta 6

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM	134	33,33%
NÃO	268	66,67%

Fonte: Autora

O gráfico referente à pergunta 6 deixa claro com 66,67% dos entrevistados que não consideram a orla um local seguro.

Apenas 33,33% consideram o local um ambiente seguro, provavelmente devido à ausência de ações do poder público.

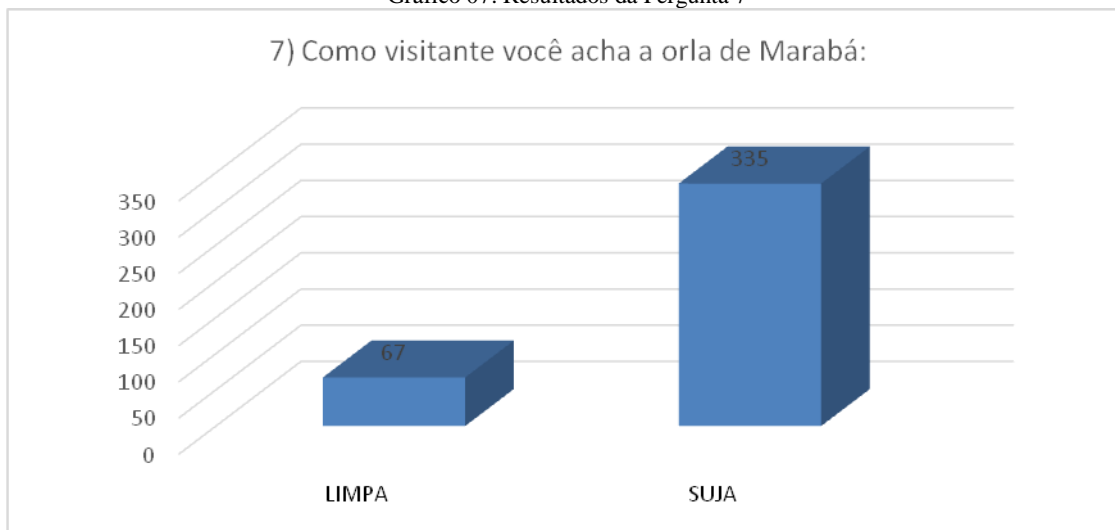
- Pergunta 7

Como visitante você acha a orla de Marabá:

Opções: Limpa; Suja.

O resultado obtido foi o seguinte:

Gráfico 07: Resultados da Pergunta 7



Fonte: Autora

Tabela 08: Estratificação dos resultados da Pergunta 7

OPÇÕES	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
LIMPA	67	16,67%
SUJA	335	83,33%

Fonte: Autora

O gráfico referente a pergunta 7 nos mostra que a maioria absoluta de 83,33% dos entrevistados acham a orla suja. O que de fato enseja a política pública no local.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo deste trabalho, procurou-se avaliar os principais aspectos implicados na relação entre políticas públicas de turismo e meio ambiente na orla fluvial de Marabá-PA. Através deste estudo ficou claro que a orla fluvial de Marabá é um lugar propício para atividades turísticas, mas que precisa de incentivo governamental.

Foi avaliado através de observações e pesquisa de campo que há ausência de políticas públicas de turismo no local, onde foi constatado: poluição, degradação do meio ambiente, ocupação desordenada do espaço, falta de saneamento básico e falta de segurança pública.

Ao final desta empreitada, legítimo é concluir que a temática turística e ambiental tornou-se, definitivamente, objeto das ações dos poderes públicos constituídos, toda via é importante ressaltar que os dados e as reflexões deste trabalho apontam que a gestão de políticas públicas de turismo no município ainda precisa ser implantada e aperfeiçoada, deve ser feita em conjunto com a sociedade. Relembrando que os processos de envolvimento social aumentam as capacidades de elaboração e implementação de políticas, além de ser uma previsão constitucional em que todos têm o direito ao meio ambiente equilibrado e o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sugere-se então a mobilização de setores estratégicos da sociedade (quixá de cada cidadão!) para a efetivação das políticas públicas de turismo e dos direitos socioambientais que não saíam do âmbito da formalidade.

É a partir da esfera local que podem advir diversas alternativas de soluções, não apenas para os problemas locais, mas também para a reconstrução da relação Estado, natureza e sociedade.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. 2005. *Revista de Sociologia e Política*, 24, 41-67.

ARRETCHE, M. T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1997.

BRASIL, Ministério do Turismo. (2007). *Coordenação Geral de Regionalização. Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade*. Brasília, DF, Brasil.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010*.

BRENNER LOPES E JEFFERSON NEY AMARAL/ SEBRAE/Políticas Públicas: conceitos e práticas / manual políticas publicas Sebrae/MG, 2008. 48 p.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 246.

CARLO, S. *Gestão ambiental nos municípios brasileiros: impasses e heterogeneidade*. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CASTRO, Celso Antônio P. de ; FALCÃO, Leonor Peçanha. **Ciência política: uma Comitê de Articulação Federativa**. São Paulo: atlas, 2004.

COMPARATO, Fabio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 35, n. 138, abr/jun. 1998. p. 43.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (2006). O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza. São Paulo, SP: Annablume.

CORIOLOANO, L. N. M. T., & LIMA, L. C. (orgs). (2003b). Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza, CE: EDUECE.

CUNHA, R. E.; PINTO, B. H. B. C. O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental na sua implementação, 2008.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.(Orgs.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP,-216, 2006.

FIGURA EMBARQUE DA CASTANHA NA ORLA DE MARABÁ 01. Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves – 1926

FIGURA ORLA 06, disponível em: <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/viewarticle.php?id=378&locale=es>, consultado dia 29/07/2016.

FIGURA ORLA, 04,07 e 08 disponível em: <https://iiersbq.unifesspa.edu.br/index.php/localizacao>, consultado dia 01/08/2016.

FIGURA 05 ENTROCAMENTO RIO ITACAIUNAS E TOCANTINS, disponível em: <http://seturdemaraba.blogspot.com.br/>, consultado dia 31/07/2016.

FIGURA BARRACÃO COMERCIAL 02. ALMEIDA, J. J. Políticas públicas e comunidades da Amazônia: o caso de Marabá (2000).

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R.Brent; MCINTOSH, Roberto W. Trad. Roberto Cataldo Costa. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEIDERMAN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento *Políticas públicas e desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2009, p. 23-39. p. 24-25

HISTÓRIA LOCALIZAÇÃO MARABÁ, disponível em: <http://maraba.pa.gov.br/sobre-maraba/>, consultado dia 26/07/2016.

INSKEEP, E. **Tourism planning**: an integrated and sustainable development Approach, 1991.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ: ESGOTO CAI DIRETO NO RIO TOCANTINS
Matéria Diário do Pará, disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-188678>, consultado dia 26/06/2016.

LEUZINGER, Márcia Dieguez e CUREAU, Sandra. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 9-10.

LUNA,S. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 2009.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO CIDADE MARABÁ FIGURA 13, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150420> consultado dia 26/06/2016.

MELGAR, Ernesto. **Fundamentos de Planejamento e Marketing em Turismo**, 2001.

MUELLER, Charles C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília: Finatec, 2007. p. 11-12.

ORIGEM CIDADE DE MARABÁ, disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marabá>, consultado dia 25/06/2016.

POVOAMENTO DA REGIÃO DE MARABÁ E FIGURA O1, disponível em: <http://sulpara.blogspot.com.br/2012/08/embarque-da-castanha-no-porto-demaraba.html>, consultado dia 27/07/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. Marabá. A história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente a Desbravou e Dominou, fazendo-a Emergir para a civilização, de 1982 até nossos dias. Marabá: Prefeitura municipal, 1984.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, disponível em: MMA.gov.br/responsabilidade-socioambiental, consultado 21/06/2016.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10 ed. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 10 ed. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 13-16.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SCHMITTER RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In*: RUA. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo, cap. 11, p. 231-260, 1998.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras. 8ª reimpressão, 2000. p. 10.

SILVA SOUSA, L. (2006) PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo - disponível em: www.eumed.net/libros/2006c/194/, consultado dia 18/06/2016.

SILVA, M.A.P (orgs) a cidade e rio na Amazônia EDUFPA, 2005.

TORRE, De La. El turismo: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TREVAS, V. C. P. *et al.* O governo Lula e a estratégia de fortalecimento da federação: o caso do comitê de articulação federativa, 2004.

VARELLA, Marcelo Dias. *Direito internacional econômico ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.11.

VELASQUES, Alejo Vargas. Notas sobre el estado y las políticas públicas. Bogotá: Almudena Editores, 1999.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE A ORLA DE MARABÁ-PA

PÚBLICO: VISITANTE

- 1) Para quais fins você utiliza a orla de Marabá?
 - Lazer/Turismo
 - Esporte
 - Contemplação da paisagem
 - Trabalho

- 2) Quando está na orla de Marabá você gera algum tipo de lixo?
 - Sim
 - Não

- 3) Em que local você joga seu lixo quando visita a orla de Marabá?
 - Em lixeiras expostas na orla
 - Outros

- 4) Em sua opinião o que falta na orla de Marabá?
 - Políticas públicas
 - Desenvolvimento sustentável
 - Saneamento básico
 - Outros

- 5) Você considera a orla de Marabá um ambiente atrativo para o turismo?
 - Sim
 - Não

- 6) Em sua opinião a orla de Marabá é um ambiente seguro?
 - Sim
 - Não

- 7) Como visitante você acha a orla de Marabá:
 - Limpa
 - Suja